

## **NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM E SUA COMPATIBILIDADE COM OS CONFLITOS POTENCIALMENTE EXISTENTES NO PODER EXECUTIVO<sup>1</sup>**

### ***THE LEGAL NATURE OF ARBITRATION AND ITS COMPATIBILITY WITH POTENTIALLY EXISTING CONFLICTS IN THE EXECUTIVE BRANCH***

*Fabiana Marion Spengler<sup>2</sup>*

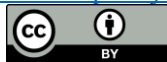
*Hipólito Domenech Lucena<sup>3</sup>*

**RESUMO:** O presente artigo tem por propósito prospectar causas administrativas que, apesar de não constituírem em sua essência direitos patrimoniais disponíveis, são aptos a gerar conflitos que, mediamente, possuem caráter financeiro passível de ser avaliado por meio da via arbitral. Convergente com essa ideia, perfaz-se primordial o estudo da natureza jurídica da arbitragem e da compreensão existente em torno da disponibilidade de direitos patrimoniais, encartada no texto da Lei nº 9.307/96. Nesse sentido, cabe avaliar ainda os efeitos mediatos das causas administrativas, para que dessa forma se possa verificar eventuais efeitos financeiros que delas possam advir. O problema de pesquisa a ser respondido por intermédio do texto é: “Os conflitos identificáveis na administração pública possuem coincidência com a natureza jurídica verificada na arbitragem?”. Para realizar a pesquisa utilizou-se o método dedutivo e dentre os procedimentos técnicos existentes, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. No que pertine ao resultado e conclusões obtidos, percebe-se que há um terreno fértil para discussões em nível acadêmico e doutrinário, que podem ser mitigadas mediante uma aplicação, devidamente direcionada, de conteúdo legislativo já existente e de comprovada eficiência.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 25/09/2022 e aprovado em 17/12/2022.

<sup>2</sup> Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Pq2). Pós-doutora em Direito pela Università degli Studi di Roma Tre, em Roma, na Itália, com bolsa CNPq (PDE). Doutora em Direito pelo programa de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – RS, com bolsa Capes, mestre em Desenvolvimento Regional, com concentração na área Político Institucional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC – RS, docente dos cursos de Graduação e Pós Graduação lato e stricto sensu da UNISC, Líder do Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas no Tratamento dos Conflitos” vinculado ao CNPq; participante da Rede CUEMYC (Conferência Universitária Internacional para o Estudo da Mediação e do Conflito), site: <https://cuemyc.org/quienes-somos/>; é integrante do grupo de pesquisa internacional “Dimensions of Human Rights” (<http://www.ijp.upt.pt/page.php?p=298>), mantido pelo Instituto Jurídico Portucalense (IJP). Coordenadora do projeto de pesquisa “Ontem, hoje e amanhã: cartografia das políticas públicas brasileiras auto e heterocompositivas de acesso à justiça” financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, Edital 07/2021 – PqG – Pesquisador Gaúcho, processo nº 21/2551-0002322-8 e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, Edital Processo: 407119/2021-3, Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/20221 – Faixa B – Grupos Consolidados, coordenadora e mediadora do projeto de extensão: “A crise da jurisdição e a cultura da paz: a mediação como meio democrático, autônomo e consensuado de tratar conflitos” financiado pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC; autora de diversos livros e artigos científicos. Residente e domiciliada em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [fabiana@unisc.br](mailto:fabiana@unisc.br).

<sup>3</sup> Doutorando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), na linha de pesquisa “Direitos Sociais e Políticas Públicas”, com ênfase no eixo temático “Dimensões Instrumentais das Políticas Públicas”. Integrante do grupo de pesquisa (CNPq) “Políticas Públicas no Tratamento dos Conflitos”, certificado pelo CNPq, sob a coordenação da Profª. Pós-Drª. Fabiana Marion Spengler. Mestre em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pós-Graduado em Direito do Estado pela Universidade Estácio de Sá. Graduado em Direito pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Residente e domiciliado em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [hipolitodlucena@gmail.com](mailto:hipolitodlucena@gmail.com).



**PALAVRAS-CHAVE:** Conflitos arbitráveis; Poder Executivo; direitos patrimoniais disponíveis; arbitragem; interesse público.

**ABSTRACT:** This article aims to prospect administrative causes that, although not constituting available property rights in their essence, are able to generate conflicts, which mediately lodge financial character capable of being evaluated through arbitration. Hereupon, it is essential to analyze the legal nature of arbitration and the existing understanding of the availability of property rights contained in the text of Law No. 9307/96. Likewise, it is also important to evaluate the mediate effects of administrative cases, in order to verify any financial effects potentially arising from them. The research problem to be answered through the text is: “Do the identifiable conflicts in public administration coincide with the legal nature verified in arbitration?” Among the existing technical procedures, deductive method besides bibliographic and documentary researches carried out this study. Therefore, its results and conclusions permit to affirm that there is a fertile ground for discussions at the academic and doctrinal levels, which can be mitigated through a properly directed application of existing legislative content and proven efficiency.

**KEYWORDS:** Arbitrable conflicts; Executive Power; disposable property rights; arbitration; public interest.

## 1. INTRODUÇÃO

No ano de 2015, a Lei nº 13.129<sup>4</sup> alterou a Lei de arbitragem. Dentre as modificações previstas no texto legislativo, houve a inserção da administração pública direta e indireta como devidamente habilitada ao exercício dessa recente modalidade jurídica, no que toca às questões inerentes a direitos patrimoniais disponíveis.

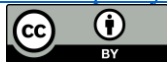
Analisando a legislação administrativa, é possível afirmar que a resolução de conflitos por meio da arbitragem possui precedentes anteriores à chancela estabelecida pela já citada norma, o que ocasionava discussões severas em torno da constitucionalidade do instituto no ambiente público.

Superada a discussão fulcrada na arbitrabilidade subjetiva pública, com o advento da Lei nº 13.129/2015<sup>5</sup> e sua utilização – mesmo que tímida – por diversos segmentos da atividade estatal, novas discussões emergiram a partir da natureza jurídica da arbitragem em contraste com os eventuais conflitos advindos das matérias existentes na seara pública.

Aliado a isso, os limites estabelecidos pela regra arbitral impõem condições vinculadas a direitos patrimoniais disponíveis, induzindo à um raciocínio que envolve, além das disposições de

<sup>4</sup> BRASIL. Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015. Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13129.htm). Acesso em: 21 set. 2021.

<sup>5</sup> BRASIL. Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015. Op. Cit.



direito privado a respeito do tema, uma gama de princípios e normas de direito público que regem essa seara específica do conhecimento e que possuem barreiras não verificáveis em outras instâncias.

Nesse sentido, a verificação da utilidade da arbitragem se faz mais presente nos contratos administrativos, influência de uma discussão que gravitou, – e em certa medida ainda gravita – fervorosamente, ao redor da natureza jurídica da arbitragem. Teses contratualistas<sup>6</sup> e jurisdicionalistas<sup>7</sup>, ao invés de gerarem uma ampliação do escopo do instituto arbitral, trouxeram ainda mais dúvidas à novidade que se instalará de forma definitiva no seio administrativo.

A segurança jurídica que envolve os atos administrativos, verificada especialmente na legislação pertinente ao controle e à responsabilização daqueles que agem em detrimento dos preceitos administrativos, fizeram – e ainda hoje fazem - com que a corrente contratualista mantenha adeptos aos seus ensinamentos, uma vez que guarda sob vigilância uma certa pacificidade nos temas que poderiam ser associados à arbitragem, tendo em vista a origem contratual.

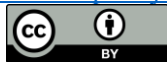
Acatar a origem jurisdicional, seria o mesmo que admitir que uma série de conflitos administrativos, classificados como direitos patrimoniais não disponíveis, poderiam, mediatemente, gerar discussões de cunho financeiro e de livre propósito do Executivo, o que importaria determinar sob quais condições e quais os instrumentos aptos a abrigar a arbitragem, em razão da necessidade de manifestação expressa da autonomia da vontade.

Em adendo à narrativa supra esposada, imprescindível asseverar que uma parte dos litígios existentes no Poder Executivo, não decorrem de um instrumento contratual em que se possa inserir cláusula compromissória ou, em ato posterior, por intermédio do compromisso arbitral, mas que guardam em si, perifericamente, a possibilidade de gerar lides arbitráveis.

---

<sup>6</sup> Teoria segundo a qual a arbitragem equivaleria a um negócio jurídico, por conta do ato de vontade expressado pelas partes, o que ensejaria sua imediata sujeição à teoria geral das obrigações. Por esse entendimento, a decisão do árbitro consistiria, apenas e tão somente, do que o estrito cumprimento daquilo que for contratado. (TEIXEIRA, 2016).

<sup>7</sup> Baseia-se na característica comum existente entre a jurisdição estatal e a atividade exercida pelo árbitro, que tem por função decidir o conflito, que lhe foi submetido mediante um processo adversarial, em que há substituição da atividade das partes e cuja decisão caracteriza-se pela imutabilidade. Nesse mesmo sentido, é possível denotar que persiste, da mesma forma que no Judiciário, a inafastabilidade da convenção de arbitragem entre as partes em favor do Estado, sendo deflagrado a partir de sua provocação, remetendo à função inerte estabelecida pela jurisdição estatal. (FACCI, 2019).



Diante do exposto, busca-se, por intermédio do estudo da natureza jurídica da arbitragem e da análise voltada aos conflitos verificáveis no Poder Executivo, lançar um novo olhar sobre causas potencialmente adstritas ao sistema arbitral e que, atualmente, encontram-se excluídas dessa possibilidade por não constituírem, de início, um direito patrimonial e disponível, mas que, durante o exercício das faculdades desse mesmo direito, poderiam se traduzir em contendas cujo o objeto reflita um conteúdo plenamente arbitrável.

Exposto o tema, cabe ressaltar que o problema de pesquisa a ser respondido por intermédio do texto é: “Os conflitos identificáveis na administração pública possuem coincidência com a natureza jurídica verificada na arbitragem?”. O objetivo do presente trabalho é prospectar causas administrativas que, apesar de não constituírem em sua essência, direitos patrimoniais disponíveis, são aptos a gerar conflitos que, mediamente, possuem caráter financeiro passível de ser avaliado por meio da via arbitral. No que tange aos aspectos metodológicos, o método de pesquisa utilizado é o dedutivo, pois parte de uma premissa geral, para alcançar um conceito particular. Dentre os procedimentos técnicos existentes, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. No primeiro caso, porque abrange a análise de livros, artigos, periódicos de direito administrativo. Por outro lado, a pesquisa documental, também transparece de forma inequívoca, tendo em vista a consulta a documentos emitidos pelo Estado Brasileiro.

## 2. NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM

Para se falar em arbitragem, preliminarmente, perfaz-se necessário explicitar que se constitui em um método heterocompositivo de solução de conflitos, ou seja, subentende-se que a partir dela se estabelece uma relação em que duas ou mais pessoas confiam à um terceiro imparcial, a solução de determinado litígio. Mais marcadamente em razão dessa característica específica, diferencia-se dos métodos autocompositivos, à exemplo da mediação, em que há um formato consensual de resolução de controvérsias, cujas partes se perfilham como protagonistas da decisão dela oriunda.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. “Sistema Multiportas”: opções para tratamento de conflitos de forma adequada. In: LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SALLES, Carlos Alberto de; SILVA, Paulo Eduardo Alves. (Coord.). *Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.



Regida pela Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, a arbitragem ingressa no conjunto legislativo brasileiro com vistas ao trato de questões estritamente relativas a direitos patrimoniais disponíveis, delimitando seu âmbito de atuação e destinando, de forma inequívoca, ao Poder Judiciário, todas as demais demandas que visem o desenlace de controvérsias não abarcadas pela norma arbitral. Isso não quer dizer, que se suplante a regra constitucional prevista no inciso XXXV, do artigo 5º, da Constituição Federal, a respeito da inafastabilidade do controle jurisdicional. Adquire-se, a partir da instituição da arbitragem, a possibilidade das partes se comprometerem, por meio de contrato, a solucionar os litígios que por ventura dele possam advir.<sup>9</sup>

Corroborando o anteriormente exposto:

[...] a Lei de Arbitragem não exclui do Poder Judiciário a lesão a direito das partes, pois, caso a sentença arbitral seja ilegalmente proferida [...] poderá a parte se utilizar de diversos mecanismos para a ela se opor, a saber: propor ação própria de invalidação ou, até mesmo, arguir a ilegalidade em embargos à execução. Sendo assim, o Poder Judiciário sempre poderá ser acionado se houver alguma violação aos direitos das partes, mas se a arbitragem for instaurada e desenvolvida de acordo com o ordenamento jurídico, o mero inconformismo do vencido não é causa para se vulnerar a decisão requerendo a tutela do Poder Judiciário, já que, nesse caso, não há qualquer lesão a direito a ser por ele apreciada.<sup>10</sup>

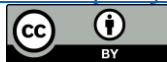
Prepondera, nesse caso, a autonomia da vontade das partes, requisito fundamental para se falar em arbitragem, que em vista de sua instituição, poderá ter sua composição exigível por intermédio de tutela específica junto ao Judiciário, dissociando-se, a partir da adoção da Lei 9.307/96, de entendimento diverso, anteriormente regulado pelo Código de Processo Civil de 1973, que considerava a cláusula arbitral como mera promessa contratual. Sob esse último entendimento, os envolvidos na relação contratual, deveriam resolver os conflitos dela advindos, firmando termo arbitral específico, mesmo ante a existência de cláusula a versar sobre o tema.<sup>11</sup>

A linha de raciocínio acima ponderada, obtém no fato de que a cláusula expressa no artigo 5º, inciso XXXV, da Legislação Maior Brasileira, é dirigida ao próprio legislador, criando um

<sup>9</sup> FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Arbitragem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

<sup>10</sup> TEIXEIRA, Thaisa Pera. *Arbitragem: uma aplicação prática nas relações locatícias prediais urbanas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 93-94.

<sup>11</sup> SALLES, Carlos Alberto de. Introdução à Arbitragem. In: LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SALLES, Carlos Alberto de; SILVA, Paulo Eduardo Alves. (Coord.). *Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.



verdadeiro dever de abstenção no que tange à imposição de comandos impeditivos de demanda do cidadão junto ao Judiciário, no intuito da satisfação de seus interesses.<sup>12</sup>

Em período posterior à vigência da Lei de Arbitragem, o Supremo Tribunal Federal, ao tratar conflito entre duas sociedades comerciais, homologou sentença arbitral estrangeira<sup>13</sup>, sob o argumento de que a cláusula compromissória deve estar atrelada ao plano de validade do negócio jurídico e para obtenção de validade, bastaria a confirmação da capacidade dos agentes, a licitude do objeto e forma prescrita ou não defesa em lei. Ainda assim, necessitaria da disponibilidade dos direitos a serem arbitrados. Além do mais, sobrevindo violação à lei, lesão ou ameaça à direito, poderia o Judiciário intervir no sentido de invalidar a sentença arbitral. No mesmo julgado, ressalta-se o fato de que a Suprema Corte não declarou qualquer inconstitucionalidade que pudesse pairar sobre os dispositivos da legislação em apreço.<sup>14</sup>

Atualmente, não é cabível tergiversar em torno da atividade jurisdicional exercida pela arbitragem, desfazendo-se uma concepção retrógrada, fulcrada na unicidade da jurisdição, por intermédio do Estado, detentor do monopólio de aplicação do direito ao caso concreto. É uma via apartada da jurisdição estatal, mas que possui contornos jurisdicionais que a aproximam do processo decisional verificado na esfera judiciária. Em adendo ao exposto, cabe ressaltar que a decisão arbitral, nos dias atuais, tem força sentença judicial transitada em julgado, corroborada de forma expressa pelo Código de Processo Civil, em seu artigo 515, inciso VII, que elevou a sentença arbitral à qualidade de título executivo judicial.<sup>15</sup>

Sobretudo, a nova regra institui um dos marcos mais significativos em torno do sistema arbitral, corroborando a validade e efeitos do instituto, outrora discutidos fervorosamente pela doutrina brasileira, traduzidos na executabilidade atrelada ao título oriundo de sua sentença. Muito embora não seja a única forma de solução de conflitos, até mesmo em razão da discussão acerca

<sup>12</sup> BEZERRA JÚNIOR, José Albenes; DIÓGENES, George Lucas Souza; SÁ NETO, Clarindo Epaminondas de. Perspectiva Constitucional dos Meios Privados de Resolução de Conflitos. *Revista Sequência*, Florianópolis, SC, n. 86, p. 251-284, Dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/78367/45371>. Acesso em: 26 abr. 2022.

<sup>13</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental na Sentença Estrangeira nº 5.206-7*, Tribunal Pleno. Agravante: MBV Commercial and Export Management Establishment. Agravado: Resil Indústria e Comércio LTDA. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Brasília, 30 de abril de 2004. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=345889>. Acesso em: 25 mar. 2022.

<sup>14</sup> BERALDO, Leonardo de Faria. *Curso de Arbitragem*: nos termos da lei nº 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2014.

<sup>15</sup> SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. *Arbitragem*: mediação, conciliação e negociação. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.





do caráter unidimensional da jurisdição, que paulatinamente vem ganhando espaço, a arbitragem ocupa uma posição de destaque, dentre as várias portas de entrada e saída, componentes de um sistema de solução de conflitos.<sup>16</sup>

A proximidade de características entre o juiz e o árbitro, na qualidade de terceiros que decidem a controvérsia, pondo fim ao conflito instaurado pelas partes, pode se traduzir em um dos motivos plausíveis a explicitar o engajamento legislativo canalizado para a lei 9.307/96. Em um futuro próximo, a predileção por uma metodologia que envolva um terceiro, detentor da confiança das partes e apto a conhecer e decidir o litígio de forma idêntica ao Estado-Juiz, poderá ser a força motriz de uma guinada histórica em termos jurisdicionais.<sup>17</sup>

Em vista do exposto, delimitar a posição da arbitragem dentro do sistema jurídico, significa delimitar sua natureza jurídica, influenciando, conseqüentemente, na possibilidade de aplicar o modelo constitucional do processo, especificamente os princípios processuais, independentemente da convenção das partes, sobretudo ante os argumentos expendidos no sentido de demonstrar o caráter incessantemente evolutivo que permeia o instituto, em especial da legislação processual cível e de uma lei própria que lhe concedeu subsídio.<sup>18</sup>

Nesse diapasão afirma-se:

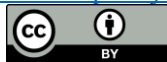
A natureza jurídica da arbitragem (contratual ou jurisdicional) é questão que atormenta os estudiosos. De um lado colocam-se, irredutíveis, aqueles que vêem [sic] no instituto apenas seu lado contratual: a arbitragem origina-se de uma convenção, os poderes dos árbitros são apenas aqueles concedidos pelas partes, e o árbitro acaba sendo qualificado quase como um mandatário comum das partes, encarando-se então o laudo como a manifestação comum da vontade destas. Para outros, que partem da idéia [sic] de que a administração da justiça é um serviço público, a jurisdição dos árbitros só deve ser admitida se puder integrar-se a tal serviço; assim, a decisão arbitral é um julgamento, ao qual chega o árbitro através de um procedimento animado pelo contraditório e com a garantia maior da imparcialidade (ou seja, o processo).<sup>19</sup>

<sup>16</sup> FERREIRA, Daniel Brantes; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; SCHMIDT, Gustavo da Rocha. *Comentários à Lei de Arbitragem*. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

<sup>17</sup> SPENLER, Fabiana Marion. *O Terceiro e o Triângulo Conflitivo: o mediador, o conciliador, o juiz e o árbitro*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

<sup>18</sup> TEIXEIRA, Thaisa Pera. Op. Cit.

<sup>19</sup> CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Jurisdição. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 58, p. 33-40, abr./jun. 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/293080/mod\\_resource/content/0/CARMONA%20-%20Arbitragem%20e%20jurisdi%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/293080/mod_resource/content/0/CARMONA%20-%20Arbitragem%20e%20jurisdi%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 01 out. 2021.



De plano, não se pode descartar ainda, a formulação de uma teoria baseada na natureza híbrida da arbitragem<sup>20</sup>, que busca a conjugação das teses contratualista e jurisdicional, a princípio antagônicas e embora se origine por meio da convenção arbitral (contratual), restaria impedida de se desenvolver externamente a um sistema jurídico, face ao negócio jurídico verificado sob tais parâmetros. Em síntese, o nascimento da arbitragem procede do acordo de vontades expresso na convenção de arbitragem, em contrapartida, a sentença arbitral possuiria caráter jurisdicional em razão dos efeitos por ela produzidos.<sup>21</sup>

Em sentido diverso, há o entendimento de que a regra processual teria, ao invés de reconhecido o caráter jurisdicional da arbitragem, imposto, peremptoriamente, a unidade de jurisdição, sob o argumento de que esta seria a manifestação do poder estatal, configurado a partir dos princípios da investidura, da indelegabilidade e do juiz natural.<sup>22</sup>

Entretanto, em assim raciocinando, adotar-se-ia corrente já ultrapassada, conexa à previsão calcada na necessidade de homologação da sentença arbitral pelo Poder Judiciário. Classificar a arbitragem como contratual ou híbrida, importa negar eficácia ao propósito do artigo 31, da Lei nº 9.307/96, classificando-a como mero substitutivo processual. Claramente, o dispositivo em tela confere à sentença arbitral condenatória a qualidade de título executivo judicial, produzindo os mesmos efeitos da sentença proferida pelo Poder Judiciário. No mesmo diapasão, o art. 3º, § 1º, do Código de Processo Civil, permite a arbitragem em conformidade com a Lei, estabelecendo um nexos imediato com a Lei de Arbitragem.<sup>23</sup>

### **3. CONFLITOS PÚBLICOS VERIFICÁVEIS NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Na seara pública, a manifesta imposição da proteção do interesse público em detrimento

<sup>20</sup> Estabelece uma conciliação entre as disparidades verificadas nas teorias contratualista e jurisdicional. Para essa teoria, a arbitragem possui origem contratual (convenção arbitral), mas com efeitos jurisdicionais, uma vez que restará adstrita à ordem jurídica legal existente, mesmo que não controlada de forma integral por esse sistema. (TEIXEIRA, 2016, p.82-83).

<sup>21</sup> TEIXEIRA, Thaisa Pera. Op. Cit.

<sup>22</sup> FACCI, Lucio Picanço. *Meios Adequados de Resolução de Conflitos Administrativos: a experiência da câmara de conciliação e arbitragem da administração federal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

<sup>23</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 1 v.





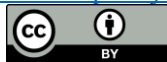
do particular, remonta à própria criação da ideia de Estado. Em razão dessa peculiaridade, o princípio da supremacia se destaca, obrigando à observância desse postulado em todas as ações administrativas. Consequência do exposto, é que a maioria dos litígios existentes na administração pública são solucionados por intermédio do Poder Judiciário, não havendo um mecanismo eficiente para gerir as contendas que sejam potencialmente resolúveis administrativamente, ou seja, convergem para a esfera judicial um número de demandas públicas que, notadamente, poderiam obter desenlace pela mesma estrutura em que foi gerado o conflito.<sup>24</sup>

Por outro lado, não se pode imaginar que absolutamente todas as cizânias administrativas sejam solucionadas internamente. À determinadas causas não é possível atribuir solução satisfatória a uma ou às duas partes. Nesse sentido, exige-se que um ou outro envolvido ingresse no Judiciário para ver seu direito satisfeito, ou pelo menos analisado mediante o competente processo. Mesmo assim, não há estudo, recomendação ou norma que exija uma análise mais criteriosa de procedimento, no tocante ao modo de operação – via de regra encaminhado a processo administrativo – e muito menos do sopesamento do custo da demanda judicial em contraposição à um método intrínseco de extinção da discórdia.<sup>25</sup>

A representação da Fazenda Pública municipal em Juízo, regra geral, é atribuída ao Prefeito e somente será efetivada por procurador, no caso de existir lei local, que nas atribuições previstas em cargo também criado pela mesma norma, atribua, de forma expressa, a incumbência de representação do ente. Com efeito, na eventualidade do município não possuir procurador credenciado e a citação recaia sobre o gestor, este será compelido à contatar advogado, que devidamente credenciado por intermédio de instrumento procuratório, atuará na causa em que figura como parte o ente local. Aos municípios de pequeno porte, que não possuem procurador habilitado em seus quadros, tal contratação significa a contabilização de mais uma despesa a ser acrescida no custo total da lide. Em tempos de dificuldades financeiras de toda a ordem, o volume de processos encaminhados ao Judiciário, pode significar o comprometimento de boa parte do orçamento, sem considerar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos municípios, de verba já diminuta para a aplicação nas necessidades da população. Saliente-se, por dever de equidade, que

<sup>24</sup> FRANCO, Marcelo Veiga. *Administração Pública Como Litigante Habitual*. Londrina: Thoth, 2021.

<sup>25</sup> MUNIZ, Joaquim de Paiva; SILVA, João Marçal Rodrigues Martins da. Arbitragem com Entes Públicos: questões controvertidas. In: BONIZZI, Marcelo José M.; FERREIRA, Olavo A.V. Alves; MUNIZ, Joaquim de Paiva. (Coord.). *Arbitragem e Administração Pública: temas polêmicos*. São Paulo: Migalhas, 2018.



idades de médio e grande porte e comunidades diminutas, mas em franca expansão, face ao atendimento de estrutura já consolidada e com fluxo suficiente de querelas judiciais, demonstram a imprescindibilidade de um órgão jurídico permanente, obtendo o equilíbrio entre o serviço a ser executado nessa unidade e o valor a ser dispendido com os servidores da área. Mesmo nesses últimos casos, a redução do encaminhamento dos debates à jurisdição estatal, faria com que a procuradoria jurídica se ativesse às demais tarefas da unidade, sem prejuízo da economia com o ônus oriundo das custas processuais.<sup>26</sup>

No intuito de alcançar a dimensão desse raciocínio, é preciso obter dados concretos do que realmente representaria, no cenário econômico atual, a introdução de metodologia que prevê uma espécie de encontro de contas daquilo que irá se despendar com a implantação e a manutenção e o que se deixa de gastar com a diminuição do encaminhamento e prosseguimento de demandas existentes no Poder Judiciário. Para reunir essas informações, a ferramenta administrativa mais eficiente é o planejamento, que possui por objetivo anterior à toda e qualquer conjecturação de viabilidade, uma análise voltada para prazos, custos, desempenho, riscos e cenário econômico, além de uma perspectiva de continuidade à longo prazo, tendo em conta que a intenção da administração seja a manutenção de determinada política pública no decorrer das gestões e do tempo, razão pela qual é necessária uma previsão que avalie revisão e reajustamento de metas.<sup>27</sup>

Propulsionado esse processo de avaliação, inevitavelmente, deverá ser incluído como basilar, a identificação dos instrumentos administrativos passíveis de serem arbitrados em caso de deflagração de litígio deles originados, possibilitando, assim, o conhecimento das causas que integrarão o rol de potenciais lides, excluindo-se, de imediato, por conta de vedação legal estabelecida pelo artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei 9.307/96, a possibilidade da utilização da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais indisponíveis.<sup>28</sup>

Ainda nos idos de 2011, em período anterior, portanto, à inclusão da administração pública nos ditames previstos para utilização da arbitragem, concebida pela Lei 13.129/2015<sup>29</sup>, o Superior Tribunal de Justiça já registrava, por intermédio de sentença em recurso especial de nº 904.813/PR,

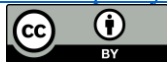
<sup>26</sup> CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *A Fazenda Pública em Juízo*. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2007.

<sup>27</sup> NOHARA, Irene Patrícia. *Direito Administrativo*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

<sup>28</sup> BRASIL. *Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996*. Dispõe Sobre Arbitragem.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19307.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19307.htm). Acesso em: 21 set. 2021.

<sup>29</sup> BRASIL. *Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015*. Op. Cit.



sob relatoria da Ministra Nancy Andrighi, eventuais origens de conflitos administrativos, elencando de forma expressa as cláusulas compromissórias previstas em editais convocatórios de licitação e contratos ou, na ausência deste, compromisso arbitral firmado posteriormente ao edital ou contrato; controvérsia em decorrência de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, cujo caráter perfilha-se de forma eminentemente patrimonial e disponível.<sup>30</sup>

Assim sendo, a partir da estipulação da arbitragem como afeta aos conflitos que envolvam, estritamente, direitos patrimoniais e disponíveis, permite-se suscitar uma série de atos administrativos e indenizações precedentes de responsabilidade extracontratual do Estado, carecedores de avaliação e que apesar de não obterem a merecida análise pela maioria da doutrina, refletem, nos dias atuais, uma forte tendência a gerar grande parte dos imbróglis jurídicos verificáveis na administração pública. O certo, é que toda controvérsia verificável em negócio jurídico contratualizado é passível de ser solucionada por meio da arbitrabilidade, pois compõe o universo de consensualidade das partes envolvidas.<sup>31</sup>

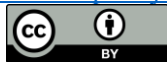
Convergente com essa percepção, não seria exagerado afirmar que a essência da arbitragem reside na autonomia da vontade, ou seja, no desejo de ambos os lados em conduzir eventuais litígios à avaliação de um ou mais árbitros, ainda que essa noção obtenha sua base mais sólida nas relações contratuais que o Estado mantenha com terceiros, fator que impende em reduzir o âmbito das controvérsias administrativas patrimoniais à uma única causa, excluindo-se aqueles embates em o cerne da contenda não seja originário de um instrumento contratual firmado com o poder público.<sup>32</sup>

Por outro lado, a segurança de cláusula contratual conducente à arbitragem, aliada a

<sup>30</sup> FACCI, Lucio Picanço. Op. Cit.

<sup>31</sup> SARAIVA Leonardo. *Arbitragem na Administração Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

<sup>32</sup> GEHLEN, Bernardo Baccon; SPENGLER, Fabiana Marion. Autonomía de la Voluntad y las Perspectivas Actuales del Arbitraje en Brasil. *Revista Eletrônica de Direito Processual - REDP*, Rio de Janeiro, RJ, ano 15, v. 22, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/62255/39086>. Acesso em: 13 out. 2021.



previsão específica da nova Lei de Licitações<sup>33</sup>, carece de regras<sup>34</sup> que possam fazer fluir tais procedimentos. Há uma delegação de iniciativa tácita aos poderes executivos municipais, que de posse de pouco ou nenhum subsídio a calcar um formato, ao menos incipiente, do procedimento arbitral, depende, cada vez mais, da seara judicial.<sup>35</sup>

É frustrante a constatação de que uma gama inesgotável de contendas administrativas, seja conduzida ao Judiciário por mera negligência em elaborar mecanismos factíveis à efetividade e ampliação do âmbito da arbitragem, situação esta vislumbrada de forma mais evidente no Executivo, Poder onde se desencadeiam grande parte e diversidade de demandas estatais.

Contrariamente ao que deveria se supor, são escassas – e muitas vezes inócuas – as iniciativas tendentes à prevenção e/ou extinção das lides oriundas do cotidiano administrativo, em que se verificam gênesis diversas, procedentes, por exemplo, da responsabilidade civil do Estado, cuja configuração independe de documento previamente firmado, nem mesmo se cogitando tal evento, uma vez que a obrigação de indenizar emerge juntamente com a ação ou omissão do Estado e o nexo causal com o prejuízo causado ao particular. Isso sem contar com reflexão pormenorizada sobre as ações inerentes à relação que o Poder Público estabelece com seus servidores, seja em razão de vínculo estatutário ou empregatício.<sup>36</sup>

#### 4. NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM E SUA COMPATIBILIDADE COM

<sup>33</sup> Os artigos 151 a 154, estabelecem o capítulo inerente aos meios alternativos de resolução de controvérsias:

Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

Parágrafo único. Será aplicado o disposto no **caput** deste artigo às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações.

Art. 152. A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade.

Art. 153. Os contratos poderão ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

Art. 154. O processo de escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes. (BRASIL, 2021).

<sup>34</sup> Apesar de reservar um capítulo específico aos meios alternativos de solução de controvérsias, a Lei 14.133/2021, apesar de representar um passo importante em prol do avanço de novas formas para a resolução de litígios, não desencadeia uma normativa tendente a delinear o procedimento pelo qual se promoverá a mediação, a arbitragem, etc. O que se percebe é que a alavancagem, no caso em tela da arbitragem, fica à mercê da criatividade de cada ente e na dependência do que efetivamente pode ser arbitrado.

<sup>35</sup> BRASIL. *Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.*

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm). Acesso em: 25 jan. 2022.

<sup>36</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.



## **OS CONFLITOS POTENCIALMENTE EXISTENTES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Sem abster-se do caminho sedimentado a partir da perspectiva estabelecida pela natureza jurídica da arbitragem, o capítulo final do presente artigo pretende demonstrar uma nova seara conflitiva sob a qual se insere a arbitragem direcionada para a administração pública.

De acordo com o que se verificou nos capítulos precedentes, há uma tendência conservadora da doutrina em prospectar um círculo restrito de atos administrativos, como devidamente aptos à gerarem contendas passíveis de serem dissolvidas por intermédio do sistema arbitral.

Analisando-se a Lei 9.307/96, o primeiro requisito que se deve ter em mente para arbitrar na seara pública, diz respeito à necessidade de que os direitos em discussão configurem prerrogativa patrimonial disponível. Entretanto, para que se possa obter uma definição mais precisa acerca do tema, necessário trazer à lume o fato de que a arbitragem se diferencia, de forma abissal, de institutos como a alienação, a transação e a renúncia, em cuja essência se observa a intenção de uma concessão patrimonial, o que importa na disposição de direitos e não sobre direitos, como ocorre quando se oferece o litígio à decisão do árbitro.<sup>37</sup>

Os estudos efetivados sobre matéria tão específica e de incontestável pioneirismo no campo da administração pública, sofre descabida influência e/ou ingerência de uma interpretação cujos parâmetros priorizam a forma de emissão em detrimento da substância de negócios, atos ou fatos da administração. Em consonância com essa afirmação, ainda é primordial contestar a inarbitrabilidade de causas com conteúdo mediatamente patrimoniais, ou seja, aquelas em que a natureza pecuniária direta já não se manifesta de forma evidente, conforme sucede quando uma parte é condenada a pagar a outra um certo valor. Ao revés, sendo a determinação da sentença arbitral, no sentido de que essa mesma parte não cobre determinado montante de seu adversário ou que se institua índice de correção monetária que perdure durante o interregno da relação contratual, vislumbraria-se, por meio de obrigações de fazer ou não fazer, decisões com reflexo indiretamente patrimonial, de natureza declaratória ou constitutiva (positiva ou negativa). Destaque-se, que esses vereditos, invariavelmente, são alijados do processo arbitral, por não

<sup>37</sup> ESTEFAM, Felipe Faiwichow. *Cláusula Arbitral e Administração Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.



constituírem uma relação em que se evidencie, de pronto, um objeto suscetível de avaliação pecuniária, apenas incidentalmente atingida.<sup>38</sup>

Como se vê, a inserção da administração pública, na qualidade de instituição habilitada legalmente à utilização da arbitragem, resolve, definitivamente, toda e qualquer divergência a respeito da arbitrabilidade subjetiva<sup>39</sup>, no entretanto, o mesmo não se pode dizer com relação a arbitrabilidade objetiva<sup>40</sup>, gerando uma série de indefinições e barreiras, obstaculizadoras ao esclarecimento do verdadeiro alcance do sistema arbitral, ou seja, a que contendadas estará adstrito, uma vez implantado na seara pública.<sup>41</sup>

O Código Civil Brasileiro, no capítulo intitulado “do compromisso”<sup>42</sup>, admite a resolução de litígios pela via judicial ou extrajudicial, com efeito, reserva à pessoas credenciadas a contratar, a possibilidade de, nos termos daquele Diploma, encaminhar causas de estado, de direito pessoal de família e congêneres que possuam caráter estritamente patrimonial<sup>43</sup>. Inobstante a referência da norma cível, a expressão utilizada pela referida regra – “caráter estritamente patrimonial” -, constitui-se em dispositivo mais abrangente no que toca ao âmbito de aplicação da arbitragem, em comparação com o § 1º<sup>44</sup>, do artigo 1º, da Lei 9.307/96, que trabalha sob o panorama da disponibilidade dos direitos patrimoniais.<sup>45</sup>

Em um mesmo viés, afirma-se:

Note-se, e é bom frisar, que o legislador não se contentou em fixar a limitação do objeto litigioso às questões pertinentes a direitos patrimoniais; restringiu-os ainda mais, à medida que admitiu apenas aqueles que se caracterizassem pela disponibilidade jurídica, que se manifestam pela admissão de atos de apropriação,

<sup>38</sup> ACCIOLY, João Pedro. *Arbitragem em Conflitos com a Administração Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

<sup>39</sup> Teixeira (2016) conceitua arbitrabilidade subjetiva ou *ratione personae* como passível a determinar aquelas pessoas que podem fazer uso da arbitragem no sentido de dirimir seus conflitos.

<sup>40</sup> Concernente àqueles direitos patrimoniais disponíveis que poderão ser objeto da arbitragem. BACELLAR, Roberto Portugal. *Mediação e Arbitragem*. São Paulo: Saraiva. 2012.

<sup>41</sup> SARAIVA Leonardo. Op. Cit.

<sup>42</sup> O capítulo XX do Código Civil, denominado “Do Compromisso”, traz consigo, por intermédio de três artigos (851, 852 e 853), as disposições inerentes à permissão de resolução de conflitos em caráter extrajudicial. (BRASIL, 2002).

<sup>43</sup> A expressão mais abrangente, utilizada pelo Código Civil – “estritamente patrimonial” – contrasta com a minúcia da Lei de Arbitragem, utilizada somente para dissipar conflitos sobre direitos patrimoniais disponíveis, fazendo depreender, a partir do disposto nas duas legislações, que o regramento cível exclui do juízo arbitral celeumas que envolvam direitos da personalidade (direito à dignidade da pessoa humana, à vida, à honra, à imagem, ao nome, à reputação), direitos de família (estado das pessoas, à exemplo da filiação, poder familiar, casamento, alimentos), direito penal, direito dos incapazes, do nascituro e da herança jacente. (TEIXEIRA, 2016, p. 105-106).

<sup>44</sup> Permite à administração pública direta e indireta a utilização da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis. (BRASIL, 1996).

<sup>45</sup> TEIXEIRA, Thaisa Pera. Op. Cit., p. 104-106





comércio, alienação e, em geral, de disposição. E assim procedeu, acertadamente, por ter em consideração a natureza de certas matérias ou a característica das próprias partes litigantes, hábeis a matizar a lide com caráter eminentemente privado, reservando as demais questões à jurisdição estatal.<sup>46</sup>

Tanto é verdade, que no confronto das legislações, prevalece o dispositivo da norma arbitral<sup>47</sup>, restritivo do universo de questões afetas à esses ditames.<sup>48</sup>

Ainda sob esse entendimento, confrontar a assertiva que diz respeito a direitos patrimoniais disponíveis – esculpida a partir de norma civilista (Lei 9.307/96) -, com os dispositivos que versam sobre o mesmo tema, na quase que impermeável conotação pública, importa considerar que uma boa parcela dos bens públicos não seria passível de serem utilizadas de forma livre, ao alvitre de lei autorizativa que permita aliená-los. Sem mencionar a resistência à aplicação da arbitragem na administração pública por parte da doutrina.<sup>49</sup>

Ocorre, que inversamente a esse raciocínio, arbitrabilidade e disponibilidade possuem concepção totalmente diversa, mas sob a qual repousam as barreiras erigidas ao esteio da arbitragem na administração pública.

Em uma mesma perspectiva, afirma-se:

Esse paralelismo entre as noções de arbitrabilidade e de disponibilidade (ou de transação) explica em parte o porquê de a possibilidade de submissão de litígios envolvendo entes públicos ao processo arbitral ter sido objeto de tanta controvérsia durante vários anos no Brasil. A verdade é que a submissão de litígios à arbitragem nunca significou alienar, transacionar ou renunciar em relação a qualquer direito, bem ou interesse, seja ele público ou privado. Parece-nos que, na verdade, não existe uma perfeita correspondência entre os conceitos de disponibilidade normalmente utilizada no Direito Privado e de arbitrabilidade, pois essa última noção se vale de uma acepção mais ampla de disponibilidade.

<sup>46</sup> FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Op. Cit., p. 147

<sup>47</sup> Princípio jurídico de conhecimento geral, que a teor do que estabelece Donizetti: “O conflito entre regras deve ser resolvido pelos meios clássicos de interpretação: a lei especial derroga a lei geral, a lei posterior afasta a anterior etc.”. Deflui desse corolário jurídico, o raciocínio e o entendimento de que as normas administrativas possuem especificidades que a caracterizam e que lhe concedem contornos, cujas matizes possuem tons diferenciados em comparação às regras civilistas, especialmente no que pertine ao patrimônio. Em razão dessa especialidade, a regulamentação estabelecida pelo §1º, do artigo 1º, da Lei 9.307/96, obtém precedência, pois restritiva à aplicação da arbitragem. DONIZETTI, Elpidio. *Curso de Direito Processual Civil*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2021, p. 172.

<sup>48</sup> BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 28 fev. 2022.

<sup>49</sup> CAVVAZANI, Alexandre Zaporoszenko; NUNES, Taís Zanini de Sá Duarte; RUIZ, Ivan Aparecido. Arbitragem e Administração Pública Brasileira: breves considerações e perspectivas analíticas. *Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva*, Belo Horizonte, n.33, p. 28-46, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/wp-content/uploads/2020/05/REVISTA-DE-DIREITO-N.-33.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.



Por ora, é suficiente dizer que a expressão “direitos patrimoniais disponíveis” não deve ser equiparada a uma possibilidade de alienação, transação ou renúncia em relação a qualquer direito, bem ou interesse público, mas deve corresponder a uma aceção mais ampla de disponibilidade do que aquela normalmente utilizada no Direito Privado, bem como deve ser entendida, principalmente, a partir do conceito de mera patrimonialidade.<sup>50</sup>

Construtos principiológicos administrativos, cuja interpretação precedem à era moderna, já não são mais capazes de arrimar a absorção de uma infinidade de institutos aptos a propulsionar uma versão mais robusta da própria administração pública, enquanto ente responsável pela geração e execução de políticas públicas e por criar ou compatibilizar soluções autossustentáveis no que se refere às querelas resultantes de atos verificáveis no Poder Executivo e que postulem um modelo jurisdicionalizado à sua dissolução.<sup>51</sup>

O cenário globalizado de hoje, padece por conta de ingerências ocasionadas pelas mudanças econômicas, fazendo com que o Direito estatal e suas fontes sejam compelidos a engendrar espaços - de cunho jurisdicional, mas apartados do acesso à justiça promovido pela esfera judicial -, que contemplem a tomada e aplicação de decisões.<sup>52</sup>

Dentre as alternativas disponíveis, a arbitragem poderia significar um auspicioso limiar à solução de conflitos, externamente ao Poder Judiciário, mas indiretamente em seu favor. A teor do exposto, é premente a ampliação de um rol, que praticamente induz à replicação de um mesmo raciocínio, quando o assunto se refere aos temas que podem estar ao alcance de um sistema arbitral, em que uma das partes é o Poder Executivo.<sup>53</sup>

Pacífico o entendimento de que a arbitragem aplicada aos contratos administrativos<sup>54</sup> é

<sup>50</sup> FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sergio Nelson; MONTEIRO, André Luís. *Teoria Geral da Arbitragem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 545.

<sup>51</sup> SPENGLER, Fabiana Marion. O Pluralismo Jurídico e os Meios Extraestatais de Administrar Conflitos. *Novos Estudos Jurídicos (UNIVALI)*. v.26, p.293 - 311, 2021. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/17586>. Acesso em: 15.02.2022.

<sup>52</sup> ALVES, Fabrício Germano; SANTOS, Kleber Soares de Oliveira; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar. Resolução de Conflitos na Perspectiva do Sistema Multiportas e sua Relevância na Efetivação do Acesso à Justiça. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, Belo Horizonte, MG, v. 24, n. 48, p. 271-297, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/24400/19612>. Acesso em: 27 mar. 2022.

<sup>53</sup> BLANCO, Juliana; COPETTI *et al.* Arbitragem em Números nas Câmaras de Santa Catarina. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/ZgXNGBQzdp3QQmfnH7dhTHC/?format=pdf&lang=pt#:~:text=De%20acordo%20com%20essa%20pesquisa,uma%20c%C3%A2mara%20catarinense%20causa%20estranheza>. Acesso em: 12 mar. 2022.

<sup>54</sup> Admite-se cláusulas compromissórias previstas em editais de licitação e contratos, dispensas e inexigibilidades de licitação, inclusive com relação a eventual desequilíbrio econômico-financeiro, indenização por rescisão antecipada e multas contratuais. (ACCIOLY, 2019).



plenamente aplicável, seja por cláusula inserida em seu corpo, seja por instrumento posterior à sua assinatura e que se estruture como anexo daquele. Entretanto, aos atos em que não há em vigor um contrato administrativo sob chancela do Executivo, cabe uma análise conjugada com a natureza jurídica da arbitragem e, conforme dito anteriormente, vinculado à disponibilidade sob o ponto de vista do reflexo financeiro e de sua arbitrabilidade mediante jurisdição não estatal.

A Administração Pública Federal parece ter trilhado um caminho de consistência confiável, no que tange ao estabelecimento de um mecanismo procedimental a orientar a arbitragem. A Lei 13.448/2017, compreende instrumentos a serem aplicáveis aos casos de prorrogação e relicitação<sup>55</sup> dos contratos de parceria, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. O inciso III, do artigo 15<sup>56</sup>, da mencionada legislação, torna a arbitragem obrigatória aos casos que envolvam os termos aditivos de relicitação<sup>57</sup>, mas é sob o escopo do Decreto nº 10.025/2019, que se erigem bases concretas a pautar as regras pelas quais se desenvolverá a arbitragem.<sup>58</sup>

Sob a regência da regulamentação provisional acima mencionada, permite-se auferir uma determinação acerca da arbitrabilidade objetiva<sup>59</sup> a ser observada quando da aplicação da

<sup>55</sup> A Lei 13.448/2017, em seu artigo 4º, inciso III, conceitua relicitação:

Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se: [...]

III - relicitação: procedimento que compreende a extinção amigável do contrato de parceria e a celebração de novo ajuste negocial para o empreendimento, em novas condições contratuais e com novos contratados, mediante licitação promovida para esse fim. BRASIL. *Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017*. Estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113448.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113448.htm). Acesso em: 18 mar. 2022.

<sup>56</sup> Art. 15. A relicitação do contrato de parceria será condicionada à celebração de termo aditivo com o atual contratado, do qual constarão, entre outros elementos julgados pertinentes pelo órgão ou pela entidade competente:

III - o compromisso arbitral entre as partes com previsão de submissão, à arbitragem ou a outro mecanismo privado de resolução de conflitos admitido na legislação aplicável, das questões que envolvam o cálculo das indenizações pelo órgão ou pela entidade competente, relativamente aos procedimentos estabelecidos por esta Lei. (BRASIL, 2017).

<sup>57</sup> BRASIL. *Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017*, Op. Cit.

<sup>58</sup> BRASIL. Decreto nº 10.025, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre a arbitragem para dirimir litígios que envolvam a administração pública federal nos setores portuário e de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroportuário, e regulamenta o inciso XVI do caput do art. 35 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o § 1º do art. 62 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e o § 5º do art. 31 da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10025.htm). Acesso em: 18 mar. 2022.

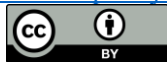
<sup>59</sup> Art. 2º Poderão ser submetidas à arbitragem as controvérsias sobre direitos patrimoniais disponíveis.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se controvérsias sobre direitos patrimoniais disponíveis, entre outras:

I - as questões relacionadas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;

II - o cálculo de indenizações decorrentes de extinção ou de transferência do contrato de parceria; e

III - o inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes, incluídas a incidência das suas penalidades e o seu cálculo. BRASIL. Decreto nº 10.025, de 20 de setembro de 2019, Op. Cit.



relicitação, esclarecendo-se, de antemão, que a definição de direito patrimonial disponível, é atrelada ao objeto traçado pela norma, fazendo com a incidência da arbitragem centre-se apenas e tão somente sobre os reflexos financeiros derivados da relação contratual, ou seja há uma contenção da interpretação dada a direitos patrimoniais disponíveis, em vista da redução da matéria tratada pela norma, o que permite a segurança e a certeza necessárias em torno do que pertine à cláusula compromissória.

Entretanto, cabe ressaltar que, nesse caso, o fato gerador da arbitragem versa sobre um círculo com um certo nível de controle, pois direcionado à determinadas ocorrências contratuais passíveis de serem avaliadas financeiramente, adequando-se, conseqüentemente, à face menos tormentosa da definição de direitos patrimoniais disponíveis na administração pública.

Estefam<sup>60</sup>, relativiza a inflexibilidade que permeia a disseminação do instituto arbitral na administração pública, ao tratar direito patrimonial disponível na qualidade de um conceito aberto, a ser avaliado em consonância com o sopesamento administrativo efetivado no caso concreto, complementando eventual imprecisão de hipótese legal fática e atendo-se ao resultado ou ao reflexo financeiro dela oriunda.

À exemplo do que ocorre nas questões relativas a responsabilidade civil do Estado, reconhecidamente, via de regra, de índole extracontratual - as chamadas responsabilidades aquilianas -, poderiam obter correspondência em compromissos arbitrais posteriores à ocorrência passível de consubstanciar indenização inserida nesse domínio, pois estaríamos a tratar, por intermédio dessa disposição, de direitos patrimoniais e disponíveis.<sup>61</sup>

Portanto, é com fundamento em uma interpretação calcada na natureza jurídica da arbitragem e em uma dissociação entre disponibilidade e alienação, que deve guiar a administração pública. Sobretudo, porque arbitrabilidade não significa se despojar de bens ou mesmo do interesse público, ao contrário, quando se opta pelo instituto arbitral, prevalece um formato de jurisdição, cujos efeitos práticos da sentença, serão equivalentes aos vislumbrados no Judiciário. Ao cabo e a título exemplificativo, cabe referendar que os direitos ambientais são indisponíveis às partes, mas os caminhos escolhidos para sua preservação podem ser objeto de acordo.<sup>62</sup>

<sup>60</sup> ESTEFAM, Felipe Faiwichow. Op. Cit.

<sup>61</sup> ACCIOLY, João Pedro. Op. Cit.

<sup>62</sup> FACCI, Lucio Picanço. Op. Cit.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À evidência, a introdução da arbitragem na administração pública ainda carece de um estudo mais aprofundado. Cabe avaliar, especialmente, seu âmbito de aplicação, terreno de férteis discussões e que até o presente momento não se vislumbram patamares seguros ou diretrizes básicas e estruturais que possam nortear a aplicação desse instituto, de tão alvissareira recepção pelo ordenamento pátrio.

Os conflitos gerados no Poder Executivo, nem sempre consubstanciados em uma contratação que os preceda, necessitam, cada vez mais, de fórmulas inovadoras, que atendam não só o direito das partes envolvidas, bem como do anseio de políticas públicas eficazes e céleres, quando o assunto é acesso à justiça.

Por referência – e em certo ponto, porque não dizer, por comodidade –, as contratualizações efetivadas pelo setor público conformam um círculo, onde as relações se mostram mais consistentes à visualização e à concretização do acordo de vontades, no sentido de celebração da arbitragem para solucionar os conflitos oriundos do pacto entre as partes.

Não obstante, é perfeitamente possível aventar litígios oriundos de relações extracontratuais, ou seja, que não derivam de um instrumento contratualizado e previamente aceito pelas partes, mas que, indubitavelmente, constituem relações, cujas lides delas derivadas, poderiam ser objeto de compromisso arbitral.

No mesmo diapasão, os demais atos administrativos de que se pudessem defluir conflitos futuros, restariam, à semelhança dos demais, sob o abrigo da arbitragem, com todas as vantagens que o sistema possui em contraste com a jurisdição estatal.

Entretanto, ainda sobejam obstáculos a serem afastados pelos estudiosos a respeito do tema. De forma mais específica, é primordial se debruçar mais detidamente sobre uma interpretação de direitos patrimoniais disponíveis, que seja convergente e coerente com a natureza jurídica da arbitragem – enquadrada pela grande maioria da doutrina sob o escopo jurisdicional –. Tratar o encaminhamento das causas administrativas ao sistema arbitral, como se alienação fosse, obtém, por consequência, o abalo imediato da confiabilidade do instituto, diminuindo-o frente à Jurisdição Estatal, gerando desconfiança e descrédito junto aos gestores públicos, já temerosos em tratar



administrativamente suas próprias demandas.

O reflexo dessa cautela gerencial, reflete-se na quantidade de litígios que envolvem o ente público, fazendo do Judiciário um órgão decisor de última instância do Poder Executivo, a chancela imediata de que o administrador atua em consonância com o dever de responsabilidade e probidade que lhe é exigido para com o patrimônio público.

Veja-se, que no mesmo diapasão da seara judicial, impõe-se o regramento arbitral, com formato de jurisdição semelhante ao Estatal, mas conformado sob um conjunto normativo que privilegia a celeridade, a garantia de um julgamento de direito - característico das arbitragens afetas à administração pública, devido à imposição da Lei nº 9.307/96 -, e uma sentença proferido por árbitro escolhido pelas partes e cujos efeitos serão equivalentes à decisão do juiz de direito.

A comparação supra esposada permite inferir que se não há alienação no encaminhamento de lides ao Judiciário, por idênticos motivos não haveria porque se aventar obstáculo congênere na arbitragem, pois a opção reside apenas no formato de jurisdição, ou seja, no que se convencionou chamar de arbitrabilidade.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, João Pedro. *Arbitragem em Conflitos com a Administração Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

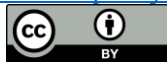
ALVES, Fabrício Germano; SANTOS, Kleber Soares de Oliveira; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar. Resolução de Conflitos na Perspectiva do Sistema Multiportas e sua Relevância na Efetivação do Acesso à Justiça. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, Belo Horizonte, MG, v. 24, n. 48, p. 271-297, 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/24400/19612>. Acesso em: 27 mar. 2022.

BACELLAR, Roberto Portugal. *Mediação e Arbitragem*. São Paulo: Saraiva. 2012.

BERALDO, Leonardo de Faria. *Curso de Arbitragem: nos termos da lei nº 9.307/96*. São Paulo: Atlas, 2014.

BEZERRA JÚNIOR, José Albenes; DIÓGENES, George Lucas Souza; SÁ NETO, Clarindo Epaminondas de. *Perspectiva Constitucional dos Meios Privados de Resolução de Conflitos*.





*Revista Seqüência*, Florianópolis, SC, n. 86, p. 251-284, Dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/78367/45371>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BLANCO, Juliana; COPETTI et al. Arbitragem em Números nas Câmaras de Santa Catarina. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/ZgXNGBQzdp3QQmfnH7dhTHC/?format=pdf&lang=pt#:~:text=De%20acordo%20com%20essa%20pesquisa,uma%20c%C3%A2mara%20catarinense%20causa%20estranheza>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso: 25 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996*. Dispõe Sobre Arbitragem. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19307.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19307.htm). Acesso em: 21 set. 2021.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 28 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015*. Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 28 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015*. Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13129.htm). Acesso em: 21 set. 2021.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017*. Estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113448.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113448.htm). Acesso em: 18



mar. 2022.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm). Acesso em: 25 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 10.025, de 20 de setembro de 2019*. Dispõe sobre a arbitragem para dirimir litígios que envolvam a administração pública federal nos setores portuário e de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroportuário, e regulamenta o inciso XVI do caput do art. 35 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o § 1º do art. 62 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e o § 5º do art. 31 da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10025.htm). Acesso em: 18 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental na Sentença Estrangeira nº 5.206-7*, Tribunal Pleno. Agravante: MBV Commercial and Export Management Establishment. Agravado: Resil Indústria e Comércio LTDA. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Brasília, 30 de abril de 2004. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=345889>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Jurisdição. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 58, p. 33-40, abr./jun. 1990. Disponível em: [https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/293080/mod\\_resource/content/0/CARMONA%20-%20Arbitragem%20e%20jurisdi%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/293080/mod_resource/content/0/CARMONA%20-%20Arbitragem%20e%20jurisdi%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 01 out. 2021.

CAVVAZANI, Alexandre Zaporoszenko; NUNES, Taís Zanini de Sá Duarte; RUIZ, Ivan Aparecido. Arbitragem e Administração Pública Brasileira: breves considerações e perspectivas analíticas. *Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva*, Belo Horizonte, n.33, p. 28-46, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/wp-content/uploads/2020/05/REVISTA-DE-DIREITO-N.-33.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

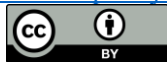
CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *A Fazenda Pública em Juízo*. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

DONIZETTI, Elpídio. *Curso de Direito Processual Civil*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2021.



- ESTEFAM, Felipe Faiwichow. *Cláusula Arbitral e Administração Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.
- FACCI, Lucio Picanço. *Meios Adequados de Resolução de Conflitos Administrativos: a experiência da câmara de conciliação e arbitragem da administração federal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.
- FERREIRA, Daniel Brantes; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; SCHMIDT, Gustavo da Rocha. *Comentários à Lei de Arbitragem*. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.
- FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sergio Nelson; MONTEIRO, André Luís. *Teoria Geral da Arbitragem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. *Arbitragem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- FRANCO, Marcelo Veiga. *Administração Pública Como Litigante Habitual*. Londrina: Thoth, 2021.
- GEHLEN, Bernardo Baccon; SPENGLER, Fabiana Marion. Autonomía de la Voluntad y las Perspectivas Actuales del Arbitraje en Brasil. *Revista Eletrônica de Direito Processual - REDP*, Rio de Janeiro, RJ, ano 15, v. 22, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/62255/39086>. Acesso em: 13 out. 2021.
- LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. “Sistema Multiportas”: opções para tratamento de conflitos de forma adequada. In: LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SALLES, Carlos Alberto de; SILVA, Paulo Eduardo Alves. (Coord.). *Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- MUNIZ, Joaquim de Paiva; SILVA, João Marçal Rodrigues Martins da. Arbitragem com Entes Públicos: questões controvertidas. In: BONIZZI, Marcelo José M.; FERREIRA, Olavo A.V. Alves; MUNIZ, Joaquim de Paiva. (Coord.). *Arbitragem e Administração Pública: temas polêmicos*. São Paulo: Migalhas, 2018.
- NOHARA, Irene Patrícia. *Direito Administrativo*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- SALLES, Carlos Alberto de. Introdução à Arbitragem. In: LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SALLES, Carlos Alberto de; SILVA, Paulo Eduardo Alves. (Coord.). *Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.



SARAIVA Leonardo. *Arbitragem na Administração Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. *Arbitragem: mediação, conciliação e negociação*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SPENLER, Fabiana Marion. *O Terceiro e o Triângulo Conflitivo: o mediador, o conciliador, o juiz e o árbitro*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

\_\_\_\_\_, Fabiana Marion. O Pluralismo Jurídico e os Meios Extraestatais de Administrar Conflitos. *Novos Estudos Jurídicos (UNIVALI)*. v.26, p.293 - 311, 2021. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/17586>. Acesso em: 15.02.2022.

TEIXEIRA, Thaisa Pera. *Arbitragem: uma aplicação prática nas relações locatícias prediais urbanas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.